



**Extensão e formação:** A Extensão sobre a rede de Proteção Social da infância e adolescência.

José, Rosiane Fernandes <sup>1</sup>

Silva, Helen Cristina Ferreira da<sup>2</sup>

Santos, Rosemeire dos<sup>3</sup>

**RESUMO:** O trabalho ora apresentado faz parte do processo de sistematização do projeto de extensão Proteção Social como Proteção Integral: a atuação da rede municipal de Miracema do Tocantins contra violações de direitos à crianças e adolescentes desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias - GEPPSFAM da Universidade Federal do Tocantins, entendendo o extensão como parte do processo de formação profissional e ainda como uma forma da universidade contribuir com a realidade local, assim, o projeto ora apresentado teve como um dos objetivos identificar a rede de atendimento às situações de violações de direitos à crianças e adolescentes na cidade de Miracema do Tocantins.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação e Extensão; Proteção Social e Criança e Adolescente.

### **INTRODUÇÃO:**

O presente trabalho é parte da proposta do Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias - GEPPSFAM, que tem como objetivo geral sistematizar a rede de proteção social e atuação dos profissionais da rede municipal de ensino do município de Miracema do Tocantins, destinados à prevenção e combate à violações de direitos de crianças e adolescentes. A realidade social que permeia o cotidiano de trabalho dos profissionais da rede municipal de ensino da cidade, por meio dos

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Social, Direitos Humanos e atuação profissional do Assistente Social.

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Social, Direitos Humanos e atuação profissional do Assistente Social.

<sup>3</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade de Taubaté (2005), mestrado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010). Professora do Magistério Superior da Universidade Federal do Tocantins - UFT Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Social, Direitos Humanos e a atuação profissional do Assistente Social.



processos de violação de direitos no contexto escolar e a prevenção no combate às violações de direitos. A atividade desenvolveu a partir do projeto de extensão Proteção Social como Proteção Integral: a atuação da rede municipal de Miracema do Tocantins contra violações de direitos à crianças e adolescentes, proposto pelo GEPPSFAM que iniciou com o levantamento das demandas e situações de violações de direitos às crianças e adolescentes nas escolas de ensino infantil e fundamental do município de Miracema – TO, a partir de visitas nas unidades de ensino municipal, em que foram realizados diálogos com trabalhadores das unidades, diretores/as, secretários/as e quando possível professores/as, o que possibilitou a sistematização das situações encontradas e posteriormente a elaboração de um plano de trabalho visando a discussão e a reflexão junto com os executores diretos da política de educação da rede Municipal e demais políticas sociais envolvidas na proteção social à crianças e adolescentes, cujo a produção final é a confecção de uma cartilha com a apresentação dos serviços em Miracema do Tocantins que visam a proteção social e ainda a produção de um breve vídeo com representantes das instituições constantes na cartilha e que prestam serviços para a comunidade de Miracema do Tocantins - TO.

### **O Projeto de Extensão**

O projeto de extensão que ora apresentado está em fase de conclusão por parte do GEPPSFAM, que entende que a extensão como parte e o reconhecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, defendido pelas entidades de regulamentação da profissão principalmente a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, e que caracteriza o lócus universitário compreendendo um espaço, de reflexão e produtor de conhecimentos, a partir da interação com a realidade social objetiva, vivenciada pelos sujeitos sociais.

Sendo assim, considerando o tripé que fundamenta as ações no âmbito da academia, a intenção disposta aqui busca a partir da atividade de extensão compreender, a atuação da rede municipal de educação de Miracema do Tocantins, no que tange à prevenção e ao combate à violações de direitos à criança e ao adolescente.

O trabalho desenvolveu-se a partir do levantamento das situações sobre a violações de direitos que se apresentavam, junto às escolas municipais de Miracema do Tocantins e as demandas e necessidades da equipe escolar em trabalhar com as situações identificadas e ainda a necessidade de conhecer os serviços oferecidos no município para o atendimento às violações de direitos à criança e ao adolescente.



Compreende - se que a instituição escolar e os profissionais da educação executa um serviço de proteção social que pode ser a “porta de entrada” para a identificação das situações de violações de direitos de crianças e adolescentes, no processo de visitas as unidades escolares a partir da fala dos trabalhadores da foram apresentadas demandas tais como: dificuldade de fazer a família presente na ações da escola, mesmo em momentos de “obrigatoriedade”, como em reuniões de pais e mestres; falta de acesso à cultura e ao lazer para as crianças e adolescentes , crianças que são encaminhadas para a escola apenas para o recebimento do Bolsa Família; Crianças e adolescentes, criadas pelas avôs sem a presença dos pais; falta de transporte escolar para as crianças e adolescentes; falta de profissionais na escola, como por exemplo o papel do orientador profissional; ausência de conhecimento e orientação para as famílias nas situações de violências; “inversão” das responsabilidades da família e da escola; falta de acesso à serviço públicos; “falta” de estrutura familiar; situações de gravidez na adolescência; trabalho infantil rural; ausência de interesse em estudar por uma reprodução de costumes familiares; grande número de evasão escolar; famílias com dependência química; alunos desaparecidos; situações de abandono por parte de familiares; localização das creches somente na área urbana; situações de violência física com crianças com marcas expostas; Situações de abuso sexual; população vulnerável sem acesso à renda e com diversos outros problemas sociais; Ausência de rede de acompanhamento psicológico; pais em situações de reclusões; Receio por parte dos trabalhadores da educação em acionarem o conselho tutelar e os pais retirarem as crianças da escola.

O que resultou em um primeiro momento o desenvolvimento de curso de extensão, que se propôs a discutir temas pertinentes da realidade social no âmbito da escola, que dividiu-se em três eixos, sendo: Família: concepções, e níveis de (des) proteção social no Brasil; Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Brasil e Abordagem das construções sociais de gênero propiciando um debate a partir das experiências, limites, dificuldades e avanços vivenciados pelos profissionais inseridos na rede municipal de ensino da cidade de Miracema do Tocantins, no que relaciona à prevenção e ao combate à violação de direitos do segmento infanto-juvenil, tomando por premissa, o princípio de proteção integral disposto na Lei 8.069/1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como, a diretriz de proteção social, que fundamenta as diferentes políticas sociais brasileiras.

Em um segundo momento e a partir da demanda levantada pelos participantes do curso de extensão o GEP viu a necessidade de fazer o levantamento dos serviços



presentes no município de Miracema do Tocantins que trabalham no enfrentamento da violação de direitos à criança e ao adolescente, o que exigiu da equipe esforços de estudo, pesquisa e análise acerca da política de atendimento proposta para crianças e adolescentes, identificando cada serviço ou órgão do estado ou da sociedade civil organizada que presta serviços às crianças e adolescentes e suas respectivas famílias cujos os direitos sociais foram violados.

### **O Papel dos Profissionais da Rede de Educação Municipal de Miracema do Tocantins contra violações de Direitos à Criança e ao Adolescente.**

A partir dos dados relativos à violação de direitos de crianças e adolescentes disponíveis no Mapa da Violência do estado do Tocantins produzido, pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente CEDECA-TO e pelo Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, entre Julho de 2010 e o mesmo período de 2011 foram realizadas 264 denúncias, de violência contra crianças e adolescentes pelo serviço de denúncias o “Disque 100”, o que apenas uma das denúncias apresentada, refere-se ao município de Miracema do Tocantins.

Buscando a análise ao dado descrito, e da realidade encontradas nas escolas municipais visitadas pelos docentes envolvidos no projeto de extensão, alguns questionamentos foram levantados: A única denúncia de violação de direitos realizada ao disque 100, ocorrida no município de Miracema do Tocantins revela, contradições a realidade posta nas escolas municipais, qual o motivo do ocultamento das denúncias? Será que as instituições representativas do estado não estão efetivando seu trabalho pelo conformismo ou naturalização dos agentes da escola? Ou também pelo desconhecimento dos profissionais das escolas desconhecerem a rede de serviço do município que em sua natureza e regimento devem trabalhar na proteção social à crianças e adolescentes?

Na análise realizada pela equipe após as aulas do curso de extensão nos eixos propostos, identificou-se que os profissionais das escolas, desconhecem a rede do município e também as formas de encaminhamentos com as situações que ocorrem ou são identificadas em situações de violações de direitos ao público em questão.

Como já mencionado nesse trabalho a escola, é em sua maior parte a “porta de entrada” para a identificação às situações de violações de direitos à criança e ao



adolescente, pois ainda sobre a análise dos dados apresentados pelo CEDECA-TO, a faixa etária mais atingida pelas situações de violência compreende-se entre 10 a 14 anos, e o local de maior incidência das violações de direitos, é o próprio local de moradia/residência dessas crianças e adolescentes, em que, 70% das ocorrências, e ainda os violadores dos direitos são indivíduos pertencentes da família ou do convívio familiar.

Considerando que além do contexto familiar é na escola, que crianças e adolescentes convivem a maior parte do dia, e que são nesses espaços que realizam o processo de socialização, vivenciam experiências, fazem descobertas, e criam sua identidade social e pessoal, o projeto buscou identificar a rede de serviços existente no município de Miracema, como uma possibilidade de instrumentalizar, ou de divulgar aos profissionais das escolas quais são os serviços e seu papel frente ao enfrentamento as questões relativas a violações de direitos de crianças e adolescentes, que se apresentam no espaço escolar.

Assim identificou-se serviços como o Cartório da Vara de Família. Suc. Infância e Juventude, o Ministério Público, a Delegacia Regional de Ensino (DRE), Conselho Tutelar, Projeto de Integração Social Dom João Jesus de Nazaré, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretaria Municipal de Educação, Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) Programa Integração AABB Comunidade, Associação Alianças para um Futuro Melhor (ALIAR), APAE- Um Raio de Luz, das quais o grupo entrou em contato e para a elaboração de um vídeo para a divulgação da rede de proteção social à criança e ao adolescente no município de Miracema do Tocantins, o qual está em processo de finalização para a apresentação e divulgação junto à sociedade e principalmente aos profissionais da rede de educação municipal para que os mesmo possam conhecer e construir um trabalho em rede com o objetivo de garantir os direitos políticos, civis e sociais de crianças e adolescentes.

Tendo em vista que o produto final desse projeto será a confecção de “cartilha” informativa e vídeo com os representantes das instituições instaladas no município de Miracema do Tocantins, com a finalidade para que possamos em fim distribuir ao público, tanto os trabalhadores da rede de ensino, como para a população em geral, entendendo a necessidade de divulgação da rede de proteção social à criança e ao adolescente.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considera-se importante na consolidação dos direitos da criança e do adolescente, e ou no enfrentamento das situações de violações de direitos a necessidade de identificação e a construção do fluxo de encaminhamentos junto aos setores e atores do Sistema de Proteção e Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

E ainda a necessidade da formação continuada dos profissionais envolvidos na rede de proteção social, considerando todos as instituições destacadas e principalmente as escolas, em temas como Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Proteção Social e as formas de convívio e configurações familiares, para além do tradicionalismo, propiciando o debate, o levantamento de demandas e dificuldades dos profissionais a partir das experiências vivenciadas cotidianamente no contexto escolar, junto às crianças, adolescentes e responsáveis, bem como, a interlocução da área da educação com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente, sistematizando e fortalecendo, as ações em rede, com vistas, à prevenção e combate à violação de direitos deste segmento.

## Referências Bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ATTIAS-DONFUT, Claudine, LAPIERRE, Nicole e SEGALIN, Martine. **Le Nouvel Esprit de Famille**. Paris: Editions Odile Jacob, 2002.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre Casa-Grande e Senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil Um Banquete no Trópico I**. São Paulo: editora SENAC, 1999.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069 de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Familles (s) et politiques familiales**. Cahiers français 322 ; septembre – octobre 2004 n.6. Paris : La documentation Française, 2004.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.) **Família Brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994.



MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva e CARLOTO, Cássia Maria. (ORGS). **FAMILISMO Direitos e Cidadania contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**. Revisitando a história (1822-2000). 2. Ed. Brasília: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. **O século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**.- 2 ed. rev. São Paulo, Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de Crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene; CALDEIRA, Paula, PRINCESWAL, Marcelo e BUSH, Malcolm (et al.). **A efetivação de políticas públicas no Brasil: o caso das políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua**. Rio de Janeiro: CIESPI/ PUC-Rio. Apoio: Oak Foundation.

\_\_\_\_\_. Estudo da Capacidade Protetiva das Famílias Beneficiárias de Programas Federais de Transferências de Renda em Regiões Periféricas Metropolitanas. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2011.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Seguridad Ciudadana: los múltiples desafíos para la institucionalid social de América Latina. In: **Respuestas Locales a Inseguridades Globales Innovación y cambios en Brasil y España**. España: Romanyà Valls, 2008.7

\_\_\_\_\_. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade 116**. São Paulo, Cortez, 2013.